



"PORTUGAL ESTÁ NO PONTO DE DAR A VOLTA"

As últimas privatizações em Portugal revelaram que há investidores interessados no país, afirmou o economista António Borges, actual responsável pela supervisão daqueles processos e ex-director do FMI, na sessão final da recente conferência dos Antigos Alunos do INSEAD Portugal. Por Vítor Norinha (com agências)

Os chineses ganharam nas privatizações da EDP e da REN porque "puseram mais dinheiro em cima da mesa" e Portugal com todas as necessidades financeiras não poderia escolher outra opção, afirmou António Borges, responsável pela supervisão dos processos de privatização do Estado português.

O economista disse que há investidores que se estão a aperceber que estamos "a chegar ao ponto de dar a volta e é aí que querem entrar, e não quando tudo estiver melhor". Borges salientou que o país está a caminhar para a estabilidade financeira, ganhando "credibilidade e competitividade". Num discurso longo, disse que apenas nos falta capital. O problema da "asfixia financeira" é dramático para as empresas e para as famílias. O país enfrenta o problema da descapitalização, sendo que o problema da banca está a resolver-se, tendo em conta a linha de 12 mil milhões de euros cedida pela Troika e ainda todo o esforço de desalavancagem. Este modelo permite ultrapassar, a curto prazo, a questão das necessidades de crédito, mas mantém-se a questão de fundo e que é o facto de termos dívida a mais. Concluiu afirmando que estes momentos são aproveitados para "limpeza", referindo-se a empresas e a modelos de gestão e de governação.

Durante a sua intervenção relevou o programa de ajustamento orçamental que está a ser executado e que está a ser feito "com ambição". Frisou que o programa acordado com a Troika está a ser cumprido e que a recuperação da competitividade, algo crucial para relançar o crescimento económico, "está em curso". Afirmou que todo o processo está a decorrer com "harmonia social", referindo-se à redução dos salários. Enfatizou a forma como os salários estão a cair e ligou este facto à pretensa convicção dos portugueses de que têm de apertar o cinto para recuperarem a economia, mantendo-a competitiva. Estas afirmações foram criticadas no "Público" pelo antigo ministro da Saúde, Correia de Campos, acusando Borges de "brutal franqueza a (que) ninguém aproveita".

As considerações sobre a evolução macro do país estão em sintonia com as ideias recentemente defendidas pelo ministro das Finanças, Vítor Gaspar, na deslocação a Washington. Citado pela Lusa, o governante referiu que Portugal não tem "folga orçamental ou credibilidade" para "jogar o jogo" do estímulo público à economia, que no passado falhou. Mas mostrou-se favorável a medidas de apoio a nível europeu.

O ministro afirmou, no Instituto Peterson de Economia Internacional, que um dos aspetos marcantes na evolução recente da economia portuguesa é um "excesso de procura", sendo notável que não tenha criado um crescimento significativo, mas apenas uma evolução do PIB, "muito medíocre". "Significa que claramente o crescimento da procura não é uma condição suficiente para o crescimento do PIB, certamente não para um crescimento sustentável" no caso português, referiu.

A nível dos 27, o último Conselho Europeu foi "muito positivo" porque, pela primeira vez, em muito tempo, o foco foi "não a crise mas o crescimento", estando em curso iniciativas para aumentar as perspetivas de crescimento de médio e longo prazo, algumas das quais "podem ser interessantes do ponto de vista de avançar com o processo de integração europeia", adiantou o ministro.

Gaspar afirmou ainda que o programa de ajustamento da economia e finanças públicas nacionais irá, no médio prazo (considerado como tendo três a cinco anos), surpreender pela positiva, revelando progressos melhores e mais rápidos que os antecipados pela Troika. Insistiu que as exportações nacionais vão ser o principal motor da retoma e que as reformas estruturais podem traduzir-se num aumento do PIB de cerca de 5% nos próximos cinco anos, de acordo com alguns estudos. O Governo, por seu lado, não confirma nem desmente estes cálculos. O ministro frisou que o efeito das reformas estruturais não é levado em conta no programa e o Governo "não tem uma boa perceção dos impactos" destas a curto prazo.



BALANÇO GLOBAL OBRIGA A NOVA GOVERNANÇA

"O mundo precisa de encontrar um novo balanço global. Quem vender mais, tem de procurar gastar mais". Esta é uma das mensagens deixadas pelo espanhol António Fatás, professor de estratégia no INSEAD e que esteve recentemente em Lisboa a falar sobre a crise as soluções.

Em 2011, o PIB mundial encontrava-se repartido pela Europa, com 20% de quota, a que se seguiram os EUA, com 19%, a China com 14%, e os BRI (Brasil, Rússia e Índia) com 12%. Fatás afirma que o mundo desenvolvido tem vindo a perder peso no PIB global, sobretudo devido à acumulação de imparidades, ou seja, de dívida, sobretudo ligada à "bolha" imobiliária, mas também à quebra dos rendimentos. Na Europa, frisou, acabou a convergência e isto porque se é rico. Nesta circunstância, a única solução é inovar, mas a Europa tem outros problemas, caso da demografia, apresentando um envelhecimento rápido da população, e ainda um aumento da inconsistência entre a economia e as questões sociais. Nos EUA é nítido que acabou o "sonho americano" com o crescimento das desigualdades, frisou. O mundo não está devidamente "balanceado", e esse aspecto é crucial para que quem empresta possa continuar a emprestar, sendo "preciso que se volte a consumir para alguém comprar o que produzimos".

Fatás tem uma ideia diferente daquilo que deve ser a governança na Zona Euro. Diz que os elevados níveis de endividamento vão estender-se durante gerações, mas para que tudo corra bem é preciso compromisso de longo prazo. Diz que os governos em vez de optarem por essa solução, mostram "pânico" e optam por cortes. Diz que essa é uma política "parva". Defende, por isso, um novo modelo de gestão da política fiscal, que deveria ser independente dos governos e poderia estar na alçada dos bancos centrais. Diz que os Governos globalmente considerados não conseguem lidar com a situação porque não conseguem gerir as questões no curto, médio e longo prazo. Na fase de questões, disse que a política fiscal entra no foro político e isto porque "quem promete não tem responsabilidade institucional". Em contraste, afirma, os bancos centrais "são responsáveis, as pessoas ouvem-nos, têm credibilidade", e conclui afirmando que a solução deve ir nessa direção. Frisou ainda defender que a instituição fiscal deve ter âmbito nacional e não internacional, mas "sempre evitando a centralização dessa mesma política".

RECESSÃO PROFUNDA

Os dados já divulgados por Bruxelas relativos à evolução do Produto, estimam que a recessão em Portugal para 2012 possa chegar aos 3,3%. Na Zona Euro, a previsão é de uma recessão moderada, com uma evolução negativa de 0,3%. Juntos com Portugal estão países como Espanha, Bélgica, Itália e Holanda, para além da Grécia. A previsão anterior para a Zona Euro era positiva de 0,5%. A correção será acompanhada de subida dos preços e aumento do desemprego.

Portugal está no sexto trimestre consecutivo de contração. Bruxelas antecipa uma queda em cadeia do PIB de 1,4%, mais 0,1 pp do que o registado no último trimestre de 2011 e acredita que as condições recessivas estabilizem. A Comissão Europeia espera de Portugal, para este ano, esforços adicionais de consolidação orçamental e a aceleração do processo de desendividamento das famílias e das empresas.



ANTÓNIO BORGES, ECONOMISTA

"AS ÚLTIMAS PRIVATIZAÇÕES EM PORTUGAL REVELARAM QUE HÁ INVESTIDORES INTERESSADOS NO PAÍS"

ANÁLISE

PÁG. 9